

# Análise da Proposta Orçamentária para 2026 para o Poder Judiciário da União



*Jean Peres*

*Assessor Econômico do SINTRAEMG*

*jeanperess@gmail.com*

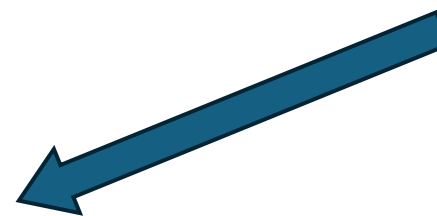
Na metade de setembro, o Congresso recepcionou a Proposta de Orçamento para 2026. O Projeto tramitará, recebendo emendas das duas casas, até ser aprovado no final do ano.

Essa análise preliminar foca nos diferenciais para as rubricas, principalmente na questão do orçamento de Pessoal, buscando comparar essas diferenças projetadas para 2026 em relação à proposta de reajuste linear de 8% a partir de julho de 2026.

As regras do Novo Arcabouço Fiscal definiram um crescimento real de 2,5% acrescidos da inflação de 5,35% entre julho de 2024 e junho de 2025.

Além disso, STF (ADI 7641) definiu que receitas próprias (emolumentos, custas, bem como outras formas de receitas) do Judiciário não entram no cálculo do teto de gastos, o que explica o valor de 7,85% utilizado para projetar o Orçamento para 2026.

|                                                       | 2025                  | 2026                  | Variação             |              |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------|
|                                                       |                       |                       | R\$                  | %            |
| 10000 - Supremo Tribunal Federal                      | 892.657.203           | 1.001.645.107         | 108.987.904          | 12,2%        |
| 11000 - Superior Tribunal de Justiça                  | 2.094.342.763         | 2.267.208.151         | 172.865.388          | 8,3%         |
| 12000 - Justiça Federal                               | 15.464.102.897        | 16.845.103.056        | 1.381.000.159        | 8,9%         |
| 13000 - Justiça Militar da União                      | 754.029.314           | 859.731.805           | 105.702.491          | 14,0%        |
| 14000 - Justiça Eleitoral                             | 10.419.248.535        | 12.910.305.496        | 2.491.056.961        | 23,9%        |
| 15000 - Justiça do Trabalho                           | 26.358.572.184        | 29.227.795.284        | 2.869.223.100        | 10,9%        |
| 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 3.736.380.364         | 4.239.376.766         | 502.996.402          | 13,5%        |
| 17000 - Conselho Nacional de Justiça                  | 304.691.886           | 592.967.579           | 288.275.693          | 94,6%        |
| <b>Total Geral</b>                                    | <b>60.024.025.146</b> | <b>67.944.133.244</b> | <b>7.920.108.098</b> | <b>13,2%</b> |



Valor proposto para 2026 é R\$ 7,9 bilhões superior ao orçamento em exercício, o que representa um crescimento de 13,2%.

Serão quase 8 bilhões de reais a mais em 2026 para todo o PJU

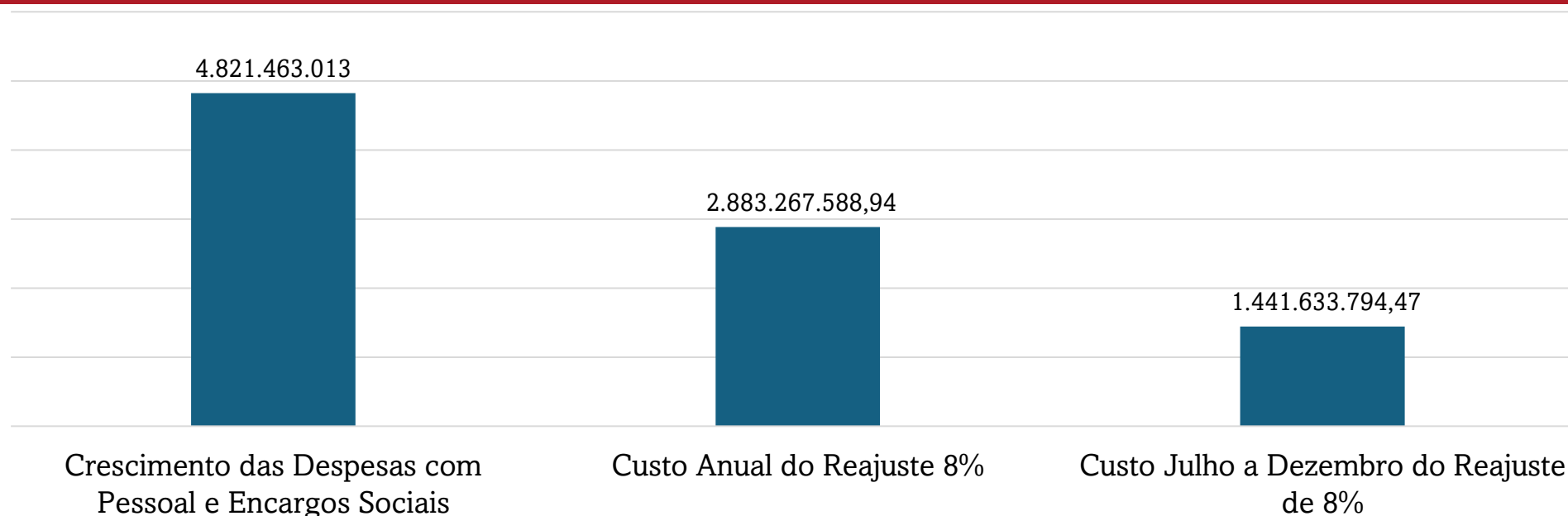
|                                | 2025           | 2026           | Variação      |       |
|--------------------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
|                                |                |                | R\$           | %     |
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 46.040.371.783 | 50.867.270.958 | 4.826.899.175 | 10,5% |
| 3 - Outras Despesas Correntes  | 13.086.831.850 | 16.149.686.510 | 3.062.854.660 | 23,4% |
| 4 - Investimentos              | 896.821.513    | 855.565.776    | -41.255.737   | -4,6% |
| 5 - Inversões Financeiras      | 0              | 71.610.000     | 71.610.000    |       |
| Total Geral                    | 60.024.025.146 | 67.944.133.244 | 7.920.108.098 | 13,2% |

A maior parcela do crescimento é prevista para Pessoal e Encargos Sociais, que representa as obrigações como empregador do PJU, tais como salários, gratificações, indenizações, contribuições à Previdência fechada e aposentadorias e pensões.

O valor previsto adicional é de R\$ 4,8 bilhões. Em suma, esse é o valor que o PJU tem para distribuir entre reajustes salariais e reestruturação de carreiras.

|                                       | 2025                  | 2026                  | Variação             |              |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------|
|                                       |                       |                       | R\$                  | %            |
| <b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b> | <b>46.040.371.783</b> | <b>50.867.270.958</b> | <b>4.826.899.175</b> | <b>10,5%</b> |
| Aposentadoria e Pensões               | 11.976.132.479        | 12.874.157.040        | 898.024.561          | 7,5%         |
| Vencimentos e vantagens               | 32.992.769.119        | 36.384.902.189        | <b>3.392.133.070</b> | 10,3%        |
| Demais rubricas                       | 1.071.470.185         | 1.608.211.729         | 536.741.544          | 50,1%        |

Os R\$ 4,8 bilhões concentram-se exatamente nessas obrigações, concentrando a quase totalidade entre os ativos e inativos, restando basicamente nas “Demais Rubricas” as contribuições patronais.



Cotejando o crescimento proposto de 4,8 bilhões com a proposta de 8% temos o gráfico acima.

Proposta de 8% a partir de Julho representaria um custo de R\$ 1,4 bilhão para ativos e aposentados. Isso representa 29,9% dos recursos adicionais previstos para 2026 com a Folha Salarial.

Os 8% lineares a partir de janeiro custaria quase R\$ 2,9 bilhões, ou 59,8% do crescimento previsto.

Em suma, temos:

- PJU terá um orçamento de R\$ 7,9 bilhões maior em 2026.
- Deste valor, R\$ 4,8 bilhões serão para Pessoal e Encargos Sociais.
- A proposta de 8% a partir de julho absorverá, para ativos e inativos, o equivalente a R\$ 1,4 bilhão, ou seja, menos de 30% do crescimento da rubrica.
- Se os 8% fossem aplicados a partir de janeiro, o custo anual seria de quase R\$2,9 bilhões, menos de 60% do crescimento dos recursos disponíveis para Pessoal e Encargos Sociais.